



## **FORMAÇÃO DOCENTE E BNCC: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Marcos Aurélio da Silva Sousa<sup>1</sup>  
Geralda Maria de Bem<sup>2</sup>  
Cosmo Francisco de Lima<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Este estudo tem como respaldo a formação docente e sua relevância para a prática pedagógica no contexto escolar. Objetivamos refletir sobre a formação dos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental acerca da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Os passos metodológicos estão ancorados nos seguintes autores: Gatti e Barreto (2009), Imbernón (2006, 2016), Pimenta e Lima (2017) além da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), dentre outros, que dialogam acerca da temática em estudo, posto que, a formação docente proporciona os saberes e as habilidades necessárias para o professor mediar seu trabalho na sala de aula. Este estudo, portanto, nos proporcionou compreender a importância da formação docente, no que se refere às competências e habilidades essenciais solicitadas na Base Nacional Comum Curricular, disponibilizada, também, para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

**Palavras – chave:** Formação docente. Prática pedagógica. Base Nacional Comum Curricular.

### **INTRODUÇÃO**

A formação docente é um tema que ascendeu no quadro das reformas educacionais nos anos 1980, no período decorrente das mudanças educacionais, ocorridas no limiar das reestruturações produtivas e políticas diante dos ajustes do capitalismo. Para Veiga e Amaral (2002), as mudanças ocorridas a partir da década de 1990, passaram a evidenciar a formação docente como foco principal das políticas educacionais.

O presente texto tem como propósito refletir sobre a formação docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, haja vista que, as mudanças no âmbito educacional são constantes e a formação docente sempre necessita ser repensada. Para isso, faz-se necessário que o professor trilhe por novos

---

<sup>1</sup>Mestre em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; Professor da Rede Estadual de Educação da Paraíba – PB. E-mail: [marcos.sousa4@professor.pb.gov.br](mailto:marcos.sousa4@professor.pb.gov.br);

<sup>2</sup>Mestra em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; Professora da Rede Municipal de Pau dos Ferros – RN. E-mail: [geraldabem@hotmail.com](mailto:geraldabem@hotmail.com);

<sup>3</sup>Graduando do Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. E-mail: [cosmolima21@gmail.com](mailto:cosmolima21@gmail.com).



caminhos na busca de conhecimentos, onde se oportunize o fortalecimento do seu fazer pedagógico frente aos desafios que, cotidianamente, enfrenta.

O texto organiza-se da seguinte forma, a saber: na primeira seção, fizemos um breve relato a respeito da contextualização da formação docente e as mudanças que pautam o cenário educacional no Brasil. Na segunda seção, abordamos sobre a Base Nacional comum Curricular e os aspectos que permeiam os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. E por último tecemos nossas considerações finais.

## **METODOLOGIA**

Tivemos como abordagem metodológica a pesquisa bibliográfica dos teóricos que discutem a temática abordada. Assim, para fundamentar nosso estudo nos espelhamos em Imbernón (2006, 2016), que trata sobre a formação do professorado e as mudanças ocorridas no decorrer do cenário educacional. Gatti e Barretto (2009) fazem um panorama geral do cenário da formação docente no Brasil. Pimenta e Lima (2017) que discutem o estágio como espaço de aprendizagem da profissão na formação continuada. Veiga e Amaral (2002) analisam as reformas educacionais, os dilemas e desafios no cenário da formação docente, dentre outros, além da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), que estabelece o conjunto de aprendizagens essenciais a todos os estudantes, incluindo, crianças, jovens e adultos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **Breve contextualização da formação docente**

Ao abordarmos a respeito da formação docente, respaldamos em Gatti e Barretto (2009), as quais enfatizam que a formação de professores, é decorrente do século XX, onde realmente ocorreu a expansão da escolarização no país, por volta dos anos 1970 e início dos anos de 1980. Como sabemos, a escolarização no Brasil foi durante séculos apanágio das elites, visto que era muito reduzida a oferta de escolas públicas durante o crescimento da população brasileira.

E, ainda, conforme Gatti e Barretto (2009), a grande discussão dos educadores críticos dos anos 1960 e 1970, diz respeito a enorme massa populacional analfabeta e semianalfabeta ocorrida no país naquele contexto histórico. Portanto, com o surgimento das pressões populares, bem como, as demandas da expansão industrial começam a crescer a necessidade por professores.



Segundo Gatti e Barretto (2009, p. 11),

[...], o suprimento de docentes nas escolas caminha por meio de várias adaptações: expansão das escolas normais em nível médio, cursos rápido de suprimento formativo de docentes, complementação de formações de origens diversas, autorizações especiais para exercício do magistério anão licenciados, admissão de professores leigos etc.

Assim, nessa direção um dos aspectos que se deve considerar é a formação docente, como sendo fator primordial no processo de aprendizagem dos estudantes, cuja formação está pautada no ponto de vista político e cultural. Para Gatti e Barretto (2009, p. 37),

A formação de professores sem cursos específicos é inaugurada no Brasil no final do século XIX com as Escolas Normais destinadas à formação de docentes para as ‘primeiras letras’. Essas escolas correspondiam ao nível secundário de então. Devemos lembrar que nesse período, e ainda por décadas, a oferta de escolarização era bem escassa no país, destinada a bem poucos. Nos inícios do século XX aparece a preocupação com a formação de professores para o secundário (correspondendo aos atuais anos finais do ensino fundamental e ao ensino médio), em cursos regulares e específicos. A formação desse tipo de professor inicia-se com a criação de universidades. Até então esse trabalho era exercido por profissionais liberais ou autodidatas, mas há que considerar que o número de escolas secundárias era bem pequeno, bem como o número de alunos.

Ainda conforme as autoras, com o advento da progressão a industrialização no país, nas primeiras décadas do século XX, requer-se uma qualificação por parte dos trabalhadores para utilizar as novas técnicas do trabalho, surgindo então uma demanda, ou seja, uma necessidade maior de escolarização, iniciando assim, um crescimento no sistema de ensino.

Sabemos que a sociedade contemporânea, em virtude dos avanços tecnológicos e das transformações ocorridas no mundo do trabalho decorrente das novas tecnologias da informação e comunicação, faz com que a escola enfrente os desafios no âmbito educacional, dentre eles, podemos ressaltar a formação docente, como sendo de grande relevância para que o professorado busque conhecimento para fortalecer a sua prática pedagógica.

Para Pimenta e Lima (2017, p. 88), “os professores contribuem com seus saberes, seus valores, suas competências, nessa complexa tarefa”. Ainda conforme as autoras Pimenta e Lima (2017), a formação de professores diz respeito, ao seu desenvolvimento profissional a partir de uma concepção do ser humano que tem como finalidade uma organização formal e sistemática na perspectiva da intezza, e não da fragmentação.

Nesse sentido, de acordo com Pimenta e Lima (217, p. 56),



[...], A formação envolve um duplo processo: o de autoformação dos professores a partir da reelaboração constante dos saberes que realizam em sua prática, confrontando suas experiências nos contextos, escolares, e o de formação nas instituições escolares onde atuam. Por isso, é importante tornar a escola um espaço de trabalho e de formação, o que implica gestão democrática e práticas curriculares participativas, propiciando a constituição de redes de formação contínua cujo primeiro nível é a formação inicial.

Diante dessas premissas, a formação continuada no cotidiano escolar é de suma importância, visto que, os professores discutem com seus colegas os problemas, buscam através do diálogo alternativas que possam contribuir para o aperfeiçoamento de sua prática docente. Para Imbernón (2006, p. 55), “a formação permanente deve estender-se ao terreno das capacidades, habilidades e atitudes e questionar, permanentemente, os valores e as concepções de cada professor e professora e da equipe como um todo”. Desta forma, a formação deve oportunizar um processo que possa oferecer ao docente, conhecimentos essenciais para que seja um profissional crítico, capaz de refletir sobre as mudanças ocorridas no sistema educacional.

Assim sendo, Imbernón (2006, p. 61) ressalta que:

Os futuros professores e professoras também devem estar preparados para entender as transformações que vão surgindo nos diferentes campos e para ser receptivos e abertos a concepções pluralistas, capazes de adequar suas atuações às necessidades dos alunos e alunas em cada época e contexto.

Ainda, em conformidade com o autor, é preciso aplicar uma nova metodologia e, ao mesmo tempo, os professores necessitam realizar pesquisa constante, o qual será capaz de gerar conhecimento pedagógico indispensável para sua prática. Nesta perspectiva, a formação permanente deve ajudar o professor a desenvolver seus conhecimentos no âmbito das estratégias de ensino, em busca de respaldo para aperfeiçoar, constantemente, sua prática, se adequando à diversidade que permeia o contexto social da escola.

Segundo Imbernón (2016, p.51),

As escolas vão mudando e os professores têm de fazê-lo no mesmo ritmo. É possível que, ao longo prazo, muitas das coisas que têm sido ensinadas nas escolas possam ser aprendidas fora das paredes das salas de aula. No entanto, não será possível enfrentar o futuro sem ensinar e aprender a complexidade de ser cidadão e as diversas sensibilidades nas quais se materializa: democrática, social, solidária, igualitária, intercultural e relativa ao meio ambiente.

Vale ressaltar que os professores e as professoras precisam socializar com os colegas, relatar suas experiências, seus saberes. É importante, pois, que o trabalho pedagógico seja compartilhado, lado a lado, com todos que fazem parte da comunidade escolar. Para Imbernón



(2016), a formação que é realizada na instituição se concretiza na elaboração de projetos aptos, para gerar uma nova cultura da organização e de entrelaçar todos numa perspectiva que vise a elaboração do desenvolvimento e melhoria para a instituição.

### **A BNCC e os aspectos que permeiam os Anos Iniciais do Ensino Fundamental**

Mediante a compreensão da contextualização da formação docente, proposta na primeira seção deste texto, e considerando a relevância do tema para âmbito educacional, optamos por trazer para dentro dessa discussão, reflexões acerca a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), que é compreendida como um documento normativo vigente em todas as escolas brasileiras, ancorado sob a égide da Constituição Federal quando enuncia em seu artigo 205, a todos os brasileiros, a garantia da educação, visando o pleno desenvolvimento pessoal e preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017) é um documento que estabelece percursos a serem seguidos pelos estudantes, garantindo o seu desenvolvimento cultural, social e cognitivo, além de oportunizar o seu acompanhamento de acordo com o nível de desenvolvimento, respeitando, durante a sua permanência na Educação Básica, os princípios da igualdade e equidade.

Nessa direção, a BNCC foi pensada a partir de dez competências gerais que são compreendidas como mobilização dos conhecimentos (BRASIL, 2017). Essas competências são desenvolvidas pelos estudantes ao longo da Educação Básica, sendo contempladas nos diferentes componentes curriculares que possuem, dentro desse processo de organização, um conjunto de competências específicas.

Conforme a Base Nacional Comum Curricular – BNCC Brasil (2017, p. 8-9),

É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica [...], inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.

Assim posto, faz-se necessário que o professor se adeque ao documento, principalmente, no que diz respeito à etapa de ensino que ele atua, entendendo que as competências da BNCC assumem uma posição de norte, onde ele pode se fundamentar e alinhar, cotidianamente, à sua prática de sala de aula, respondendo as especificidades da





Proposta Curricular e Projeto Político Pedagógico da escola, frente às peculiaridades dos seus estudantes.

Dentro desse novo cenário, o professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental necessita se reinventar, alinhando-se a nova proposta que representa um grande desafio no contexto educacional brasileiro, tendo em vista, a grande relevância dos fundamentos pedagógicos e da formação integral do estudante que devem ser pensados a partir das etapas iniciais da educação. Nesse sentido, conforme Santa Catarina (2014, p. 26)

Esse, sim, é o grande desafio educacional contemporâneo. A educação integral é, nesse sentido, uma estratégia histórica que visa desenvolver percursos formativos mais integrados, complexos e completos, que considerem a educabilidade humana em sua múltipla dimensionalidade.

É importante enfatizar que a educação integral permeia o desenvolvimento do sujeito em suas múltiplas dimensões, sejam elas, cognitivas, culturais, sociais, emocionais, entre outras. Contudo, nesse processo de formação, a escola se configura como co-participante no percurso, principalmente, no que concerne ao desenvolvimento das aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas pelos estudantes. Decerto, a escola não pode ser entendida como a única responsável pelo processo formativo, pois, trata-se de uma responsabilidade conjunta, onde famílias, professores, comunidade e os estudantes, são partícipes.

A partir disso, entende-se que momento importante a ser considerado, dar-se, quando a criança se depara com a mudança da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC Brasil (2017, p. 53)

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo **integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças**, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

Assim, nessa perspectiva de transição, o professor dos Anos Iniciais deverá estar atento, estabelecendo relação de diálogo com o professor da Educação Infantil, quanto a esse processo de “mudança”, de modo que, a criança não sinta os efeitos da “ruptura” ao chegar ao ciclo de alfabetização. Nesse sentido, o professor dos Anos Iniciais necessita, também, conhecer os direitos de aprendizagem, a saber: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se, assim como, precisa se apropriar dos Campos de experiências: O eu,

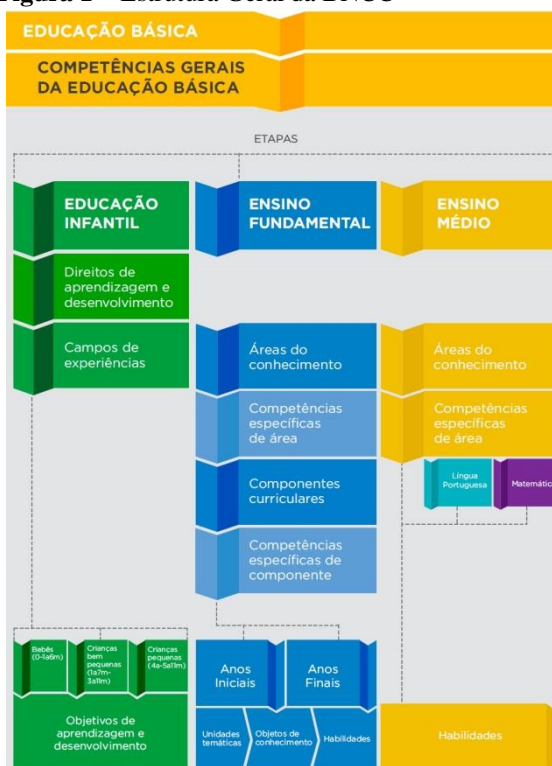


o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações (BRASIL, 2017). Dessa forma, o professor adquire subsídios para estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação das crianças nesse novo momento da sua formação.

Quando enfatizamos neste texto a necessidade do professor se apropriar da BNCC, isso se dá, desde as orientações propostas - uma vez que se trata de um documento vivo, fonte de inspiração para o professor, onde ele tem a oportunidade de adequar às singularidades da sua realidade - até a compreensão do modo como está estruturada.

No que tange a estrutura da BNCC, o próprio documento apresenta a organização das três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), deixando claro como as aprendizagens estão organizadas, bem como, a composição dos códigos alfanuméricos criados para identificar tais aprendizagens (BRASIL, 2017).

**Figura 1 – Estrutura Geral da BNCC**



**Fonte:** BNCC Brasil (2017, p. 24).

Ao analisar a figura 1, vamos nos debruçar um pouco nas informações referentes aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, tendo em vista que, as discussões contidas neste texto se voltam, mais especificamente, para a etapa de ensino supracitada. Assim posto, percebe-se que no topo da figura estão expressas as Competências Gerais, sinalizando a necessidade do seu desenvolvimento durante toda Educação Básica.



No Ensino Fundamental, tanto nos Anos Iniciais, como nos Anos Finais, o documento apresenta cinco áreas do conhecimento, a saber: Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso, sendo que, estas áreas possuem suas competências específicas que deverão ser dominadas pelos estudantes ao longo do nove anos.

A própria BNCC (2017, p. 28), proclama que:

Cada área do conhecimento estabelece competências específicas de área, cujo desenvolvimento deve ser promovido ao longo dos nove anos. Essas competências explicitam como as dez competências gerais se expressam nessas áreas.

Nas áreas que abrigam mais de um componente curricular (Linguagens e Ciências Humanas), também são definidas competências específicas do componente (Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Inglesa, Geografia e História) a ser desenvolvidas pelos alunos ao longo dessa etapa de escolarização.

As competências específicas possibilitam a articulação horizontal entre as áreas, perpassando todos os componentes curriculares, e também a articulação vertical, ou seja, a progressão entre o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e o Ensino Fundamental – Anos Finais e a continuidade das experiências dos alunos, considerando suas especificidades.

Nesse contexto, é importante ressaltar que o alcance das competências específicas presentes nos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental, é garantido a partir do domínio das habilidades presentes nos diferentes Objetos do Conhecimento, advindos dos Componentes Curriculares das diferentes áreas do conhecimento. Convém enfatizar que estes Objetos de Conhecimento são organizados em Unidades Temáticas (BRASIL, 2017). No caso do Componente Curricular Língua Portuguesa, os Objetos do Conhecimento são organizados em Práticas de Linguagem.

Contudo, enfatizamos que um dos enfoques adotados na base é a progressão dos conhecimentos ao longo das diferentes etapas de ensino, ou seja, as habilidades propostas em cada Objeto do Conhecimento, nos diferentes anos/séries, estabelecem essa progressão no desenvolvimento das aprendizagens essenciais. Nesse sentido, o professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental - fase importante na formação do estudante, pois tem como foco principal a alfabetização e o desenvolvimento dos (multi)letramentos - necessita pensar a sua prática pedagógica de modo a contribuir nessa perspectiva, considerando a formação integral enquanto fundamento pedagógico.

A partir desse entendimento, é necessário destacar, no entanto, que não viemos apresentar esse texto como receituário a ser seguida, mas sim, oportunizar reflexões sobre a formação dos professores, principalmente, aqueles que atuam nos Anos Iniciais do Ensino





Fundamental. Ao mesmo tempo, achamos oportuno trazer para dentro dessa discussão reflexões acerca da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), considerando suas orientações diante dos desafios enfrentados no mundo contemporâneo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto evidenciamos as mudanças ocorridas no cenário educacional, em virtude das novas políticas educacionais e avanços nas tecnologias da informação e da comunicação. Entendemos que a formação docente necessita acompanhar esse progresso para poder compreender as modificações educacionais acerca do currículo escolar. De fato, os professores são fundamentais para uma educação de qualidade, pois os mesmos devem atuar como um ser crítico e participativo mediando os estudantes a serem futuros cidadãos capazes de lutar em prol de uma sociedade igualitária que respeite a diversidade cultural e social.

Salientamos também, a importância da Base Nacional Comum Curricular discutida neste texto, como sendo de grande relevância para a formação docente no que tange aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em que os professores necessitam do conhecimento referente a todos os elementos constituintes desse documento, a saber, as Competências, Áreas do conhecimento, Unidades temáticas, Objetos do conhecimento, Habilidades, entre outros, para assim, poder conhecer e desenvolver seu trabalho, a fim de mediar às aprendizagens essências necessárias à formação integral dos estudantes.

Portanto, esse estudo nos proporcionou refletir, acerca da formação docente e sua magnitude no que diz respeito a prática pedagógica, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental tendo como cerne a Base Nacional Comum Curricular, como uma das referências para a prática desses profissionais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**, versão aprovada pelo CNE, novembro de 2017. Disponível em:  
[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versao\\_final\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versao_final_site.pdf)  
Acesso em: 13 nov. 2019.

BRASIL. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educacional**. Lei 9394/96.

GATTI, Bernadete Angelina, BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil**. Impasse e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

IMBERNÓN, Francisco. **Qualidade do ensino e formação do professorado**: uma mudança necessária. São Paulo: Cortez, 2016.



\_\_\_\_\_, **Formação docente e profissional:** forma-se para a mudança e a incerteza. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido, LIMA Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência.** 8ªed. rev., atual. e ampli. - São Paulo: Cortez, 2017.

SANTA CATARINA, Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** Formação Integral na Educação Básica, Estado de Santa Catarina, 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; AMARAL, Ana Lúcia (orgs). **Formação de Professores:** políticas e debates. São Paulo: Papyrus, 2002. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).